



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Orçamento e Finanças Públicas		
Reunião: 5ª Extraordinária	Sessão legislativa: 4ª	Legislatura: 19ª
Data: 14/10/24		
Horário de início: 13h16min		Horário de encerramento: 14h55min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador José Ferreira, que registrou a presença remota das vereadoras Loíde Gonçalves e Marilda Portela e do vereador Juninho Los Hermanos, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Finalidade: “discutir o Projeto de Lei da Revisão do Plano Plurianual 2022-2025, para 2025, nas Áreas de Resultado: Saúde; Educação; Cultura; Políticas Sociais e Esportes; Desenvolvimento Econômico e Turismo; Atendimento ao Cidadão. Projeto de Lei do Orçamento Anual 2025 em relação às áreas de resultado acima”
Requerimento de Comissão nº: 2.003/24
Autoria: José Ferreira

Compuseram a mesa: 1) a representante do Observatório Social de Belo Horizonte, Leice Maria Lizato Garcia; 2) o representante do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed-MG, Samuel Pires de Moraes Teixeira; 3) o membro do Conselho Municipal de Saúde, Willer Marcos Ferreira; 4) a conselheira das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs - Central e Nossa Senhora de Fátima, Laura Brandão Cansado. Houve presenças remotas.

O presidente anunciou a presença remota do vereador Dr. Bruno Pedralva,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que não integra a comissão.

Bruno Passeli, secretário adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentou a proposta de orçamento para 2025 e destacou que esta corresponde ao último ano do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - do período 2022-2025. Mencionou que as principais áreas abordadas são Proteção Social, Segurança Alimentar, Esportes, Desenvolvimento, Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão Pública. Informou que, na quarta-feira, haverá nova audiência pública, na qual serão discutidos os resultados das despesas de outras áreas, utilizando a mesma estrutura já apresentada. Explicou que as receitas estão organizadas em receitas correntes e de capital, com previsão de arrecadação de R\$22.654.000.000,00 para 2025. Apontou que a área da Saúde continua sendo a que representa maior despesa, com R\$7.357.000.000,00, representando 32,5% do total das despesas da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. Destacou que a Educação também terá um grande montante, com quase R\$4 bilhões, o que equivale a 17,5% das despesas previstas. Noticiou que o valor total das despesas está estimado em R\$22.654.000.000,00, o mesmo valor da receita. Destacou que o planejamento orçamentário é organizado com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSs - e que a separação das despesas previstas para 2025 é feita conforme esses objetivos. Na área da Saúde, destacou: a ampliação do acesso e a qualificação do cuidado e da gestão em Saúde; o fortalecimento da saúde preventiva; o aumento da eficiência operacional nas ações de risco sanitário; e o uso de Tecnologia da Informação - TI - para melhorar o acesso dos cidadãos aos serviços de Saúde. Entre as metas principais, citou 810 mil atendimentos nas UPAs, 275 mil internações na rede hospitalar do Sistema Único de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Saúde - SUS - do Município e 5,5 milhões de atendimentos na atenção primária. Para a Vigilância Sanitária, mencionou 4,2 milhões de vistorias anuais e uma parceria com a Faculdade de Ciências Médicas, que terá capacidade de realizar 1 mil atendimentos diários pelo SUS. Passando à Educação, informou que os projetos estratégicos se mantêm iguais em relação aos anos anteriores. Entre as metas, destacou: atendimento de mais de 57,7 mil alunos na Educação Infantil, mais de 31,6 mil em creches conveniadas e parceiras; 105 mil alunos no Ensino Fundamental; 8 mil alunos na Educação de Jovens e Adultos - EJA; 8.727 alunos com deficiência atendidos por auxiliares de apoio à inclusão; e reforço escolar para 27 mil alunos. Na área de Proteção Social, apresentou como novidades o atendimento mensal no Centro Pop a 4.100 pessoas em situação de rua, 2 mil atendimentos a mulheres vítimas de violência realizados no Centro Especializado em Vida e a participação de 30 mil pessoas idosas em atividades de promoção ao envelhecimento digno. Em relação à Segurança Alimentar, mencionou a produção de 3.634.000 refeições subsidiadas em restaurantes populares e cozinhas comunitárias. No Esporte, destacou o atendimento de 25.382 crianças e adolescentes no programa Esporte Esperança. Na área da Cultura, informou que as unidades da Fundação Municipal de Cultura - FMC - atenderam 823 mil usuários e apoiaram 140 produções audiovisuais, além de realizar grandes eventos, como o Festival de Arte Negra - FAN, o Festival Literário Internacional e a Virada Cultural. Para Desenvolvimento Econômico e Turismo, registrou: o apoio a 180 grupos de economia solidária; a realização de cursos de qualificação, pelo programa Estamos Juntos, para cem pessoas em situação de rua; e o atendimento a 25.500 empreendedores. Destacou ainda a realização de grandes eventos turísticos, como



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o Carnaval e o Arraial, e mencionou ações de fomento à gastronomia local. Por fim, na área de Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão Pública, mencionou: o aprimoramento do atendimento com a desburocratização e a ampliação dos serviços digitais; os atendimentos pelo BH Resolve; o canal 156; o aplicativo BH Digital; o portal de serviços; e o *chat* BH Digital. Informou que 4 mil certificados na área de TI serão emitidos, que 130 pontos de inclusão digital serão mantidos e que haverá modernização nos processos internos da PBH, na gestão de receita tributária e na automação dos processos de auditoria e transparência.

O vereador Dr. Bruno Pedralva passou a participar da reunião presencialmente.

Leice Lizato declarou que se alegra com o fato de Belo Horizonte ter sido classificada como a segunda cidade mais eficiente em Saúde, Educação e Saneamento, em classificação do jornal Folha de São Paulo que avaliou 5 mil cidades. Destacou que, embora não conheça os indicadores utilizados na classificação, o resultado é positivo e reflete o trabalho sério dos servidores públicos do Município. Ressaltou que, durante a revisão do PPAG e a discussão da Lei Orçamentária Anual - LOA, havia a expectativa de se discutir os indicadores de cada área de resultado. Declarou que ficou frustrada ao perceber que o projeto apresentado não trouxe dados atualizados sobre os indicadores e sugeriu que seria interessante incluir um quadro dos ODSs nas futuras apresentações. Informou que, segundo o último relatório do Programa Cidades Sustentáveis de 2022, o Município apresenta baixo desempenho em diversas áreas, como indústria e inovação; cidades e comunidades sustentáveis; igualdade de gênero; e proteção à vida terrestre. Argumentou que, embora haja áreas críticas, o orçamento para as áreas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

anteriormente citadas cresceu acima da média de 14,22%, exceto para direitos de cidadania, cujo crescimento foi de apenas 8,8%. Questionou o motivo desse crescimento inferior e enfatizou a importância de fortalecer essa área. Além disso, chamou a atenção para o aumento da reserva de contingência, que cresceu 49,5% em relação ao orçamento anterior.

Bruno Passeli disse que tentaria responder na ordem da fala e começou mencionando o resultado da classificação do jornal Folha de São Paulo, confirmando que Belo Horizonte foi a capital mais bem avaliada e a segunda cidade na classificação geral, entre mais de 5 mil cidades, o que trouxe um grande reconhecimento ao trabalho dos servidores da PBH. Destacou que a cidade ficou em primeiro lugar em eficiência no setor de Saúde entre todas as cidades avaliadas. Ao falar sobre a utilização de indicadores para a revisão do PPAG e a elaboração da LOA, explicou que mais de 80% dos indicadores têm atualização anual, o que impede a apresentação de dados mais recentes além dos apresentados no fechamento do exercício de 2023. Mencionou que muitas ações têm ciclos de investimento que, uma vez concluídos, reduzem os gastos para o ano seguinte, resultando apenas no custeio desses investimentos, como ocorre com obras de equipamentos públicos. Afirmou que, entre junho e agosto, a PBH avalia o andamento dos projetos e ajusta as previsões orçamentárias com base em cronogramas de execução. Explicou que o trabalho de avaliação de indicadores é conduzido por equipes setoriais com o apoio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SMPOG, que coordena o monitoramento e a avaliação das ações da PBH. Afirmou que o trabalho do Observatório Social, que envolve a participação de universidades e outras instituições, será publicado até



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dezembro, trazendo atualização dos indicadores relacionados aos ODSs. Acrescentou que, embora haja documentos separados, todos os trabalhos estão interligados e coordenados pela mesma equipe, assegurando que as informações se complementem. Sobre a função de direitos à cidadania, informou que houve crescimento de 16,72% e explicou que talvez haja discrepância nos dados utilizados para comparação. Por fim, esclareceu a questão da reserva de contingência, apontando que a diferença de crescimento percentual pode ser resultado de emendas orçamentárias apresentadas pelos vereadores para 2024, o que provavelmente reduziu a base de comparação. Destacou, contudo, que, ao se comparar o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA - deste ano com o do ano passado, o valor da reserva se mantém dentro dos limites estabelecidos pela Lei Orgânica do Município.

Leice Lizato perguntou a Bruno Passeli sobre a comparação entre o PLOA e a LOA e defendeu que a comparação seja feita sempre com o orçamento em vigor, considerado que é este quem reflete as políticas públicas para 2024. Expressou que, na visão dela, o foco deveria ser o orçamento que está efetivamente sendo executado. Questionou se, como representante da sociedade civil, deveria se preocupar tanto com o projeto inicial quanto com o resultado final, que é uma cooperação entre os poderes Executivo e Legislativo. Em seguida, mencionou que, apesar da clareza com que Bruno Passeli explicou os processos envolvendo os ODSs, acredita que ainda falta integração mais visível entre as peças orçamentárias e a opinião da sociedade civil quando tais peças são discutidas. Informou que o Observatório Social de Belo Horizonte pretende enviar um ofício à SMPOG com algumas demandas. Defendeu a integração entre sociedade civil e os poderes



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Legislativo e Executivo. Finalizou agradecendo.

Bruno Passeli respondeu ao último ponto mencionando que, ao fazer a comparação entre o orçamento e o PLOA, o ideal é analisar como foi feito, mas é importante observar onde houver discrepância e trazer informações do projeto de lei. Citou o exemplo da reserva para emendas orçamentárias impositivas, que corresponde a 1% da receita corrente líquida no PLOA. Explicou que essa reserva sempre estará presente no projeto de lei, mas estará zerada na LOA, pois os vereadores já terão utilizado esse limite para alocar os recursos. Disse que, ao comparar a LOA aprovada com o PLOA, pode haver distorções, especialmente na área social, porque os vereadores já retiraram recursos da reserva para reforçar as funções de governo. Explicou que, ao elaborar o PLOA, é necessário retornar o dinheiro para a reserva de emendas impositivas. Isso demonstra que a aplicação de recursos públicos não é apenas responsabilidade do Executivo, mas também do Legislativo, que participa ativamente na definição da alocação dos recursos, seja por meio de emendas normais ou impositivas, presentes há cerca de três anos em Belo Horizonte. Chamou a atenção para a importância de, ao notar uma distorção, verificar o PLOA para entender o que está sendo feito. Ressaltou que a SMPOG está aberta ao diálogo com o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada, caso seja avaliado como pertinente, e se ofereceu para construir esse espaço de debate.

O vereador Dr. Bruno Pedralva parabenizou o presidente, referindo-se a ele como “rei do bairro” por conseguir mais de 50% dos votos no bairro onde mora. Opinou que isso se deve ao seu compromisso com a comunidade. Ressaltou a presença de Leice Lizato, liderança do Observatório Social, e reconheceu sua contribuição com reflexões sobre orçamento e ciclo financeiro no Conselho



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal de Saúde. Agradeceu também a Samuel Pires, companheiro de profissão e conselheiro de Saúde, e a Laura Brandão, do Conselho de Saúde da UPA Centro-Sul, além de outros presentes, como Bruno Passeli e Leonardo Colombini. Perguntou a razão do crescimento de 15% nas receitas estimadas entre a LOA de 2024 e a de 2025, que supera a inflação. Apontou a ausência, na revisão do PPAG, de metas físicas para a construção de academias da cidade, aprovadas no Orçamento Participativo de 2011 a 2014. Destacou que esse é um compromisso da gestão atual e pediu que essa questão seja considerada. Chamou a atenção para a necessidade de adequar as redes elétricas das unidades de saúde e destacou o esforço para destinar R\$3,2 milhões em emendas orçamentárias para a compra de ares-condicionados. Solicitou que a PBH reserve recursos para essa adequação e ressaltou a importância de enfrentar as ondas de calor que afetam essas unidades, que são locais de cuidado para a população.

Bruno Passeli destacou que não há muitas novidades em relação às receitas e apontou que, durante a audiência pública realizada na última semana de setembro, foi evidenciado que a receita está crescendo nesse patamar. Afirmou que a LOA não apresenta grandes mudanças em relação ao que o Município já está vivenciando. Informou que o crescimento da receita condiz com os dados apresentados anteriormente e ressaltou que grande parte desse aumento decorre da economia real e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN. Explicou que esse é o imposto que mais se destaca no aumento da arrecadação, mesmo sem alterações na alíquota. Apresentou dados que indicam que Belo Horizonte tem números de geração de emprego superiores à média nacional, ressaltando o bom momento econômico que a cidade atravessa em comparação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

com o restante do Brasil. Mencionou que a PBH demonstrou responsabilidade ao adequar as unidades de saúde, especialmente na instalação de ares-condicionados, visando à melhoria do atendimento. Ao final, solicitou que os vereadores articulem a apresentação de emendas orçamentárias por parlamentares estaduais e federais para complementar os recursos orçamentários do Município. Destacou que esses valores são mais robustos e essenciais para melhorar a infraestrutura de saúde na cidade.

Nadine Magalhães, coordenadora de Gestão Estratégica, ressaltou que as discussões sobre as academias da cidade no Orçamento Participativo estão em andamento e mencionou que a equipe do Governo está revisando os terrenos disponíveis. Explicou que as metas físicas não foram incluídas no PPAG para 2025, pois as obras são registradas apenas após serem entregues e finalizadas. Destacou que os esforços para revisar a documentação e identificar terrenos para os projetos das academias da cidade serão priorizados. Informou que, possivelmente, a construção de algumas academias, tanto em praças quanto em escolas, será concluída ao longo de 2025. Referiu-se à questão dos ares-condicionados indicando que a PBH tem discutido intensamente essa necessidade e que reconhece a complexidade da rede e os desafios enfrentados devido ao aquecimento das unidades. Afirmou que o esforço em unidades geridas por Parcerias Público-Privadas - PPPs - gerou bons resultados e que reformas estão sendo feitas em 93 centros de saúde. Destacou a importância da adequação da rede elétrica para a instalação dos ares-condicionados. Enfatizou a importância da parceria com os parlamentares para garantir recursos para o investimento nas unidades de saúde.

O presidente agradeceu a Bruno Passeli e a Nadine Magalhães e destacou a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

importância da atenção da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - para a questão da rede elétrica das unidades de saúde. Mencionou uma visita técnica que realizou na UPA Pampulha e ressaltou a necessidade de acompanhar as condições da rede elétrica das unidades.

Samuel Pires disse que reconhece a importância da instalação de aparelhos de raios X em estabelecimentos municipais de saúde e destacou a dificuldade enfrentada devido à necessidade de adequação da corrente elétrica fornecida pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, o que atrasou a implantação dos aparelhos. Apontou a necessidade de adequação dos centros de saúde e mencionou que frequentemente recebe mensagens de cidadãos solicitando ventiladores para tornar o ambiente de atendimento mais confortável. Expressou a expectativa de que as autoridades responsáveis olhem com atenção para essa questão e tragam resultados positivos. Mencionou problemas estruturais que vão além de questões superficiais e destacou a visita a uma unidade que apresentava condições precárias. Ao falar da rede de atenção primária, enfatizou que a atual estrutura não consegue mais atender à demanda, que tem 5,5 milhões de atendimentos previstos para o próximo ano.

O presidente pediu esclarecimento sobre como se dará a destinação dos recursos para atender às necessidades citadas e sugeriu que a SMSA convoque as entidades que representam os trabalhadores para discutir as prioridades e as reais necessidades do setor.

Bruno Passeli agradeceu a pergunta e a participação de Samuel Pires e afirmou que quase todas as informações mencionadas estão disponíveis publicamente no *site* da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - desde o dia



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

30. Explicou que o projeto de lei foi numerado e disponibilizado na íntegra, incluindo anexos que detalham os recursos e suas destinações. Reconheceu que, para aqueles que não estão familiarizados com o orçamento público, essas informações podem não ser didáticas, mas ressaltou o trabalho da CMBH em auxiliar a sociedade civil, permitindo que qualquer pessoa faça sugestões de emendas orçamentárias. Esclareceu que as sugestões populares podem se tornar emendas se acatadas por algum vereador. Informou que todos os materiais estão acessíveis ao público e que a organização representada por Samuel Pires pode contar com o apoio da CMBH para ajudar a avaliar e a sugerir propostas para a alocação de recursos. Mencionou a ausência de informações sobre a questão de recursos humanos na lei orçamentária e explicou que o detalhamento da alocação da força de trabalho de cada unidade seria impraticável em um documento desse tipo. Disse que reconhece a demanda por novos profissionais, apesar da ampliação e da contratação realizadas pela PBH na área da Saúde. Reforçou que a LOA deve garantir recursos financeiros suficientes para a folha de pagamento e o crescimento necessário e enfatizou que Marcelo Alves Mourão poderá abordar melhor o planejamento dos próximos anos para novos equipamentos para a Saúde.

Willer Marcos Ferreira destacou uma divergência entre os números apresentados pela Secretaria e os que chegaram até ele. Mencionou que, segundo o que foi dito, a Saúde estaria com 32% do orçamento, totalizando R\$7.357.000.000,0, enquanto os dados que chegaram ao Conselho indicam R\$6.377.000.000,00. Pediu esclarecimentos sobre a situação.

Nadine Magalhães explicou que os referidos dados são enviados até 15 de abril do ano vigente, o que significa que, nesse período, a revisão do PPAG ainda



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

não está finalizada, o que gera desconexão entre os instrumentos e os valores apresentados no orçamento. Informou que os valores não refletem a revisão do PPAG para os próximos anos. Agradeceu a Willer Marcos Ferreira pela observação e se disponibilizou para reencaminhar os dados com as correções necessárias.

Willer Marcos Ferreira destacou que a correção dos números seria o ideal para fornecer dados reais em vez de dados fictícios. Ressaltou que a diferença representa quase 5% do orçamento total da PBH.

Nadine Magalhães disse que podem encaminhar a revisão, mas ressaltou que, devido ao prazo legal, não poderiam aguardar a finalização do PPAG. Mesmo assim, se comprometem a reencaminhar as informações necessárias.

Marcelo Alves Mourão, subsecretário de Planejamento Estratégico e Tecnologia em Saúde, destacou a importância dos investimentos na Saúde, especialmente em relação à climatização das unidades de saúde. Mencionou que os recursos utilizados para isso são provenientes do orçamento da PBH, sem depender de financiamento externo, embora outros investimentos necessitem de financiamento de organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF. Informou que cinco novas UPAs estão em fase de construção e que a UPA Venda Nova já está em processo licitatório. Apontou que a UPA Barreiro e a UPA Nordeste também estão entre as que serão construídas com prazos estabelecidos entre 18 a 24 meses. Enfatizou a importância da rede elétrica na climatização e ressaltou que a SMSA continua buscando investimentos para substituir unidades básicas antigas e enfrentar os desafios de regularização de terrenos. Afirmou que é preciso tomar decisões estratégicas sobre no que investir para garantir a qualidade dos serviços



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

oferecidos e reconheceu que a existência de unidades alugadas dificulta os investimentos necessários.

Laura Brandão destacou a insatisfação com a climatização e a condição da rede elétrica nas unidades de saúde e ressaltou que, sem essas melhorias, o trabalho se torna mais difícil. Afirmou que há pacientes internados há dez dias na UPA Central, o que foge da natureza de uma UPA, onde o tempo máximo de permanência deveria ser de dois dias. Manifestou alegria com a possibilidade de construção de novas UPAs. Destacou que as UPAs atuais enfrentam dificuldades para encaminhar pacientes a hospitais devido à falta de vagas nestes. Sugeriu que os vereadores visitem as UPAs e participem das reuniões dos conselhos de saúde para compreender melhor a situação. Ressaltou que é importante que os parlamentares entendam a demanda específica de cada unidade de saúde. Além disso, perguntou como poderia colaborar com eles para que o orçamento fosse distribuído de maneira mais adequada entre as UPAs.

Willer Marcos Ferreira enfatizou a preocupação com a falta de reforma das UPAs e questionou como a PBH responderá à demanda. Alertou que, sem as devidas melhorias, as UPAs poderão fechar.

Marcelo Alves Mourão informou que haverá reunião no dia 17, em que será apresentado não apenas o plano de obras, mas também o plano de contingenciamento, que descreve como os serviços funcionarão durante o período de reformas das unidades de saúde. Destacou que localizar um espaço adequado para acomodar todos os serviços é um grande desafio, pois não há um espaço pronto, sendo necessárias muitas adaptações. Afirmou que a equipe está preocupada com as demandas do Conselho Municipal de Saúde, com o qual já



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dialogam há algum tempo. Adicionalmente, destacou que trabalham com referências regionalizadas para o atendimento, considerando a dinâmica das UPAs, que pode variar em função de surtos como o de dengue. Complementou que a reunião com o Conselho será uma boa oportunidade para unificar as informações e promover um diálogo mais efetivo.

A vereadora Loíde Gonçalves solicitou informações sobre os valores a serem destinados aos conselhos tutelares no próximo ano. Em seguida, perguntou por que o Projeto Estratégico de Desenvolvimento Profissional e Formação Continuada dos Profissionais da Educação foi excluído do PPAG. Por fim, fez referência à redução de 3,74% nos valores previstos para a gestão do SUS no PPAG e solicitou esclarecimentos sobre essa redução.

Pedro Mousini Gomes Carvalho Silva, representante da SMSA, afirmou que a redução das despesas com a gestão do SUS estava prevista e ocorreu porque algumas obras foram concluídas.

Bruno Passeli declarou que não houve redução.

Pedro Mousini concordou com Bruno Passeli.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou se a verba foi transferida de uma função para outra.

Bruno Passeli declarou que a função permanece a mesma, que é a Saúde. Destacou que, ao observar a função Saúde, houve crescimento em comparação com o mesmo período do ano passado. Mencionou que, assim como em 2023, o orçamento de 2024 apresenta um aumento na função Saúde em relação ao ano anterior.

Marcus Valério de Figueiredo Clemente, representante da Secretaria



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal de Educação - Smed, afirmou que a estrutura do PPAG mantém a ação relacionada à formação profissional, na qual são concentrados os investimentos e as metas físicas. Apontou que, embora a apresentação resumida não destaque esse item, este está presente na LOA de 2025. Destacou que essa ação já é parte do PPAG há muitos anos e ressaltou sua importância no Plano Municipal de Educação. Informou que, para o próximo ano, a meta física é capacitar mais de 15 mil profissionais por meio de diversos cursos e atividades, o que é crucial para a Educação.

Afonso Nunes da Cruz Neto, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - Smasac, em resposta à questão sobre os conselhos tutelares, informou que mencionou uma ação orçamentária na última audiência para garantir transparência e controle a esse tema. Explicou que, na unidade orçamentária nº 1.010 da Smasac, dentro do programa nº 127, encontra-se a ação nº 2.860, que se refere à Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e suas Famílias. Acrescentou que, dentro dessa ação, há uma subação orçamentária específica que diz respeito ao acompanhamento e assessoramento dos conselhos tutelares. Afirmou que há na subação verbas voltadas para a manutenção da estrutura dos conselhos, cujo valor orçado para 2025 é igual a R\$7,7 milhões.

A vereadora Loíde Gonçalves questionou se o valor destinado à estrutura dos conselhos tutelares, que agora está previsto na lei orçamentária para 2025, permitirá que os conselheiros contem com melhorias, incluindo itens como ventiladores, que, inclusive, já foram entregues. Afirmou que a intenção da comissão é trazer melhorias para esses conselhos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Afonso Nunes explicou que o valor destinado ao funcionamento da estrutura dos conselhos tutelares será utilizado para melhorias físicas, incluindo a mudança de local do Conselho Tutelar da Regional Oeste, conforme plano que já foi homologado pela Justiça. Informou que parte significativa desse investimento será realizada neste ano, mas que o valor de R\$7,7 milhões, previsto para o ano seguinte, também será utilizado para sustentar o plano de melhorias em todas as estruturas físicas dos conselhos tutelares existentes.

Leice Lizato destacou que o País apresenta taxa de desemprego abaixo de 7% e que essa porcentagem não era tão baixa desde 2015. Ressaltou que houve ligeiro aumento de agosto para setembro, mas que, de toda forma, ainda é um valor bem menor que o de 2021, quando estava próximo de 15%. Afirmou que a redução do percentual é uma boa notícia e que a cidade apresenta taxa menor que a do Brasil. Por fim, perguntou sobre o nível de diminuição de desemprego nos últimos cinco anos e pediu que Bruno Passeli detalhasse quais projetos e programas do PPAG estão relacionados a essa diminuição.

Bruno Passeli destacou que os dados mencionados foram obtidos da evolução da taxa de desocupação trimestral e esclareceu que, considerando o segundo trimestre, Belo Horizonte apresentou taxa de 6,1%, enquanto a média brasileira era de 6,9%. Enfatizou que a cidade continua com desocupação inferior à média nacional, apresentando números positivos no mercado de trabalho.

Adriano ressaltou a importância de não atribuir exclusivamente ao Município os aumentos no emprego e na atividade empresarial e argumentou que o contexto nacional exerce influência significativa sobre esse cenário. Destacou que a melhoria nas condições de emprego em Belo Horizonte, que supera as médias estadual e



O presidente agradeceu a todos pela participação.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

[illegible]